

➤ **CONCURSO PÚBLICO**

**4. CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR
– CONCURSO PÚBLICO: CPE.28.21.DMOSM**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de revogação da decisão de contratar a empreitada em epígrafe, e aprovar a nova **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR – CONCURSO PÚBLICO: CPE.28.21. DMOSM**, proposta que se anexa.

DELIBERAÇÃO:Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM,

27/04/2022Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM.

2022 / 04 / 27

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

22/04/28

Órgão competente para a decisão de contratar: **Câmara Municipal de Braga**

Concurso Público: CPE.28.21.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Preço base (Pb): €895.358,46 (oitocentos e noventa e cinco mil trezentos e cinquenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos) (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 12 (meses).

REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

Na sequência do despacho de 21/08/2021, que autorizou o procedimento supramencionado, procedeu-se ao lançamento na plataforma eletrónica, por concurso público, cujo anúncio n.º **11417/2021**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 173, de 6 de setembro de 2021, da empreitada "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Após o lançamento do referido concurso, foram apresentados pelos concorrentes, os pedidos de esclarecimentos e as listas de erros e omissões do caderno de encargos à entidade adjudicante, tendo-se verificado, conforme informação anexa, o seguinte:

- 1 - Na sequência dos pedidos de esclarecimentos formulados pelos interessados no procedimento de contratação, verificou-se a necessidade de proceder a uma significativa alteração dos elementos do projeto de execução, com reflexos diretos e imediatos no preço base que foi definido;
- 2 - Modificações substantivas, em virtude da necessidade de adequar o preço base ao novo contexto de mercado, que regista elevadas subidas de preços, indisponibilidades de produtos e materiais;
- 3 - São supervenientes e imprevisíveis circunstâncias que obrigam a rever, de forma global e substantiva, as peças do procedimento, peças essas que, com a configuração atual, inviabilizariam a adjudicação, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.

Assim e nestes termos, porque as peças do procedimento, tal como integram o conteúdo da decisão de contratar, não servem e não podem servir já, o interesse público municipal, impondo-se a reponderação de todo o objeto nuclear da decisão de contratar, está preenchida a causa de não adjudicação prevista na alínea c), do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, com a implícita e subsequente revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80.º do mesmo Código.

Face ao acima exposto, propõe-se a aprovação da revogação da decisão de contratar, submetendo-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º do CCP, à notificação dos concorrentes, da revogação da decisão de contratar.

Braga, 27 de abril de 2022,

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,